


 Ruben Katzman

Ofício de sociólogo lançando luzes sobre zonas obscuras da realidade social

Em novembro de 2015, o sociólogo argentino Ruben Katzman gentilmente concedeu-me a entrevista que está transcrita abaixo. A entrevista ocorreu no Saguão de um hotel em Copacabana, Rio de Janeiro, onde se encontrava hospedado, quando veio ao Brasil para participar de um Seminário promovido pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio). A lucidez e a facilidade com que articulava temas tão amplos e, ao mesmo tempo, complexos são demonstrados pela sua formação sólida e experiência no ofício sociológico de mais de quatro décadas.

Posteriormente à realização da entrevista, o referido sociólogo nos mandou uma nota sobre vulnerabilidade, intitulada “La noción de vulnerabilidad y sus ambigüedades”, decorrente de reflexões feitas tendo como referência a segunda pergunta respondida nesta entrevista, mas que fora ampliada devido à participação em uma oficina de trabalho sobre pobreza e vulnerabilidade promovido pelo CIESAS do

México, neste ano de 2016. Devido sua extensão e inestimável valor, o corpo editorial de e-metropolis optou por publicá-la como uma separata da entrevista. Mesmo assim, ressalto que a leitura dessa nota contribuirá muito para a compreensão das ambigüedades em torno da noção de vulnerabilidade e dos desafios de elevá-la à dimensão de conceito.

Fica, portanto, o convite para apreciação da entrevista e também da nota de Ruben Katzman.

MARCELO RIBEIRO - O senhor poderia falar sobre sua trajetória acadêmica e profissional? Como se deu o interesse pela sociologia e, em especial, pelos estudos urbanos?

RUBEN KATZMAN – Bom, imagino que tenha sido uma casualidade. Eu estudava engenharia industrial e num momento onde percebi que não teria que fazer serviço militar na Argentina, por problemas nos meus pés, decidi que teria um ano livre para explorar

Ruben Katzman

é sociólogo, argentino, ex-diretor do Programa de Pesquisa sobre Integração, Pobreza e Exclusão Social da Universidade Católica do Uruguai.

Entrevista realizada por

Marcelo Gomes Ribeiro

é professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/ UFRJ, Pesquisador do Observatório das Metrôpoles.

Tradução e Revisão: Pedro Paulo Machado Bastos

outras coisas. E fui à sociologia, para ver o que era. O professor principal com quem eu tive a primeira experiência na área foi Gino Germani, um sociólogo de origem italiana que se radicou na Argentina. Eu fiquei muito impressionado. Então entrei para a Sociologia na Universidade de Buenos Aires. Mais tarde, essa Universidade me ofereceu uma bolsa para fazer meus estudos de pós-graduação na Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (Flacso). Eu fiz meu mestrado em sociologia. O diretor da Flacso era Peter Heintz, um suíço, especializado em Teoria que seguia muito a linha de Robert Merton. Em metodologia tive como professor Johan Galtung, um norueguês, não sei se vocês o conhecem; ele tem uns livros de metodologia que são muito bons.

Quando saí da Flacso, no ano de 1965, me incorporei a um projeto na Argentina que consistia na construção de um Centro de Ciências em Bariloche; se chamava Fundação Bariloche. Aí conviviam ciências físicas, ciências biológicas e ciências sociais. Formamos um grupo de quatro sociólogos – Manuel Mora y Araujo, Nilda Sito, Simon Schwartzman, que vocês conhecem bem, e eu. Fomos, então, à Bariloche donde demos início a um centro de investigação e docência de pós-graduação em ciências sociais.

Em 1967, Peter Heintz, que havia voltado para Suíça, me chamou para passar um ano lá. E eu fui, para ser em parte professor, em parte pesquisador. Peter Heintz, falecido em 1983, era um grande professor. Eu estava muito entusiasmado com a sua forma de fazer teoria. Ele me introduziu, pela primeira vez, o que Merton chamava de teorias de alcance médio.

Terminando minha estadia na Suíça, um professor norteamericano, David Nasatir, a quem havia conhecido em Buenos Aires, me convidou para ir a Califórnia. Nasatir era diretor do Survey Research Center da Universidade da Califórnia, em Berkeley, e me ofereceu trabalho nesse centro. Eu fui para lá. Em Berkeley, postulei uma bolsa para fazer o doutorado e consegui. Então, me pus a fazer o doutorado, mas fiz um mestrado primeiro, passando a ter dois mestrados. Estive envolvido nisso até que completei os exames para o título de doutorado e comecei a me dedicar à tese. Meus orientadores de tese foram Arthur Stinchcombe y Neil Smelser e meu tema era os movimentos sindicais na Argentina.

Enquanto me encontrava como professor visitante em Port Jefferson, New York University, me envolvi com o projeto da minha tese e a partir daí me chamaram para o Conselho Latino Americano de Ciências Sociais, que estava sendo formado, e assumi a coordenação de uma comissão de trabalho sobre movimentos populares na América Latina, tema da

minha tese. Estive trabalhando com isso e avançando no livro, mas com muitas viagens e trabalhos na Fundação Bariloche, ou seja, viajando muito para outros países, tanto pela Comissão como por outros tipos de solicitações. E não conseguia avançar muito com a tese. E nisto chega o ano de 1975, sem que eu tivesse conseguido terminá-la. Eu justamente com o objetivo de terminar a tese, aceitei o convite de um amigo da New York University para começar a trabalhar lá com a pesquisa. Algum tempo depois, recebi uma comunicação da Fundação Bariloche avisando-me para que eu não voltasse à Fundação, por um problema político. Eram tempos muito agitados na Argentina. [O fato é que] o irmão de um amigo meu havia participado de um ataque [de guerrilha] e por contatos foram chegando até o meu amigo, que não tinha nada a ver com a história, e até a mim, porque tínhamos uma conta conjunta no banco. Então foram ao meu escritório, revistaram tudo. Eu fiquei mais três ou quatro meses com a minha família nos Estados Unidos até que se resolveu a situação e pude finalmente voltar.

Quando voltei, a situação já estava solucionada, mas o clima político seguia muito complicado. Depois do golpe militar de 1976, o ambiente da Fundação Bariloche chamava a atenção dos grupos militares locais. A Fundação era uma flor exótica dentro desse mundo pequeno. Então houve inspeções e algumas prisões. Eu estava muito intranquilo. Decidimos, com minha senhora, irmos para outro país. E nesse momento tinha duas opções: uma era o Colégio de México e a outra era a Cepal, em Santiago de Chile. Elegi a Cepal porque era mais perto e porque, na minha impressão, o golpe militar iria durar só seis meses ou algo assim. Bom, acabou não sendo como eu esperava.

Como resultado fiquei na Cepal por 25 anos. Inicialmente fui alocado na chefia de estatísticas sociais para fazer o anuário de estatísticas demográficas e sociais da Cepal e de distintos tipos de publicações ligadas fundamentalmente a indicadores sociais, entre eles a pobreza e a insatisfação ou satisfação das necessidades básicas. E essas foram as minhas primeiras publicações na Cepal. Tinham a ver com algo que, em algum momento, chamaram de método complexo de medição da pobreza, combinando indicadores de pobreza com indicadores de satisfação de necessidades básicas, e permitindo uma classificação mais completa, respeitando a heterogeneidade da situação.

Com o passar do tempo fui para a Divisão de Desenvolvimento Social, local mais adequado para estar do que o anterior. Aí começou minha preocupação com as limitações teóricas dos marcos que orientavam as medições de pobreza e a satisfação das

necessidades básicas. Comecei a pensar numa outra forma de olhar a situação dos setores sociais com mais desvantagens ou da vulnerabilidade. Esse olhar me levava a considerar um portfólio multidimensional de ativos dos domicílios, mas sempre tomando em conta também as estruturas de oportunidades que oferecia o Estado, o Mercado e a Comunidade em cada contexto.

Nesse momento, a Cepal me deu a chance de ir para o escritório do Uruguai. Eu tive interesse pelo escritório do Uruguai em parte porque gostava do país, em parte porque tinha amigos e colegas, como Carlos Filgueira, com quem havia trabalhado e gostava muito de trabalhar. Com ele seguimos adiante com essa ideia de vulnerabilidade, a que finalmente se desembocou no livro “Activos y Estructura de Oportunidades: Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay”.

Eu fiquei envolvido na Cepal até os 60 anos, a idade-limite para se aposentar. Foi quando a Universidade Católica do Uruguai me ofereceu a oportunidade de criar um centro de pesquisa, o IPES, sobre pobreza e exclusão social. Para mim, era a oportunidade ideal porque voltaria a aterrissar num lugar acadêmico e porque, além disso, poderia fazer muitas das coisas que eu já queria ter feito antes, mas que, as responsabilidades como diretor do escritório da CEPAL no Uruguai me impediam atender com a profundidade necessária. Aceitei com prazer.

Lá estive quase 10 anos, mas já aplicando o enfoque AVEO (Activos, Vulnerabilidad y Estructura de Oportunidades) para distintos problemas. Entre eles, particularmente, o problema de segmentação de estrutura de oportunidades.

No ano de 2009, por razões familiares voltei para Santiago. Lá, eu estive em contato com alguns projetos da Universidade Católica, especialmente com os do Instituto de Estudos Urbanos, sempre na mesma linha com o problema de segmentação de estrutura de oportunidade, mas especialmente nesse caso com o problema de segregação urbana. Bom, e nisso sigo. Hoje em dia atuo mais em consultoria, conferências e cursos sobre AVEO em vários países, rotina que me mantém muito atarefado. Bom, esta é a minha trajetória.

MR - Quais foram os desafios teóricos e metodológicos para a formulação desse enfoque analítico “ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades”?

RK – Vou começar pelos mais óbvios, que são os problemas metodológicos. Atualmente, há muitas discussões em torno do tema vulnerabilidade. Bour-

dieu fala sobre a existência de um mercado de palavras, onde há alguns termos sobre os quais todo mundo compete para outorgar um significado preciso. A ideia é tentar influenciar no processo que vai da noção ao conceito. O conceito é um fenômeno com causas e consequências únicas, um embrião de teoria. A noção é mais ambígua, algo que tem a pretensão de tentar vir a ser um conceito. Então, a discussão sobre a noção de vulnerabilidade exige identificar a melhor trajetória para transformá-la em um conceito.

A partir de nosso olhar, a vulnerabilidade está associada a um desajuste entre o portfólio de ativos e os requerimentos para aproveitar a estrutura de oportunidades, qualquer que seja a esfera, podendo ser tanto a do Estado como a do mercado, como a da comunidade. Assim sendo, constatava-se uma aproximação da vulnerabilidade a um conceito. Porém, a vantagem das outras versões sobre o que seria vulnerabilidade era permitir uma medição, versão quase multidimensional da pobreza. Quando estive analisando a proposta que, nesse caso, estávamos mensurando, a vulnerabilidade, em princípio, parecia ser algo que tinha mais a ver com a pobreza. Alguns simplesmente denominam-na pela renda por cima da linha de pobreza. Esse é um grande atrativo, por ter uma medição fácil. Coloca numa certa dimensão todas as coisas em cima da pobreza. Existe aí um risco de cair na pobreza. Isto era muito claro, por exemplo, em um dos últimos documentos do Banco Mundial, que distingue três grupos – pobres, vulneráveis e classes médias emergentes ou setores médios emergentes. Quais as diferenças entre uns e outros? Renda, nada mais. Renda por debaixo da linha da pobreza, sendo a vulnerabilidade um pouco mais do que isso. Os setores médios emergentes têm pouca probabilidade de serem vulneráveis ou pobres. Então, do ponto de vista metodológico, para essa noção de vulnerabilidade a dificuldade é de medição.

Mas, nós não pensamos apenas como medição, pensamos também num enfoque que possa iluminar zonas obscuras da realidade social, que fosse importante por seu potencial heurístico, por sua capacidade de permitir a exploração de várias áreas. Aplicamos o enfoque da vulnerabilidade a temáticas como as de problemas de família, de educação, de emprego. Sobre cada um desses “problemas”, saiu um livro. Sem falar no problema de segregação e em outros problemas essenciais. A ideia é um enfoque. Então a medição se traslada a problemas específicos que eu não estudar com esse enfoque. Isto do ponto de vista metodológico. Digo isso porque recebo e-mails, principalmente de pessoas que estão trabalhando para governos, perguntando sobre os problemas de como fazer medições. Aliás, eu escrevi um trabalho sobre

isso publicado na revista da Cepal chamado “Notas sobre a medição da vulnerabilidade” onde exponho os problemas que surgem ao longo desse processo.

A respeito dos problemas teóricos, eu diria que uma das dificuldades tem a ver com a da tipologia de ativos. Porque nós consideramos apenas os mais simples, os ativos físicos, financeiros e não financeiros; os ativos de tipo humano, como características de saúde e as de educação. Porém, há outras coisas contidas, em tipologias mentais, digamos assim, como, por exemplo, a convicção de que os esforços se associam a conquistas. Para uma pessoa é muito importante que ela esteja convencida de que pode conseguir ou não coisas com seus próprios esforços. Então, o que fizemos? Deveríamos considerar isso como um item do capital humano ou não? E, do mesmo modo, se a capacidade de empatia também seria um item do capital humano, e por aí vai. Há alguns limites difusos nisso tudo. Outra coisa a ser mencionada: o capital simbólico de Bourdieu. Essa ideia de que existem símbolos importantes numa sociedade que valoriza o status, deve ser inclusa ou não como item? E isso que o próprio Bourdieu chama de capital cultural, algo que, em algumas medições, se tenta mensurar através da quantidade de livros que alguém tenha em sua residência ou por meio do número de visitas a bibliotecas ou a museus; deve ou não ser incluso? Neste sentido, temos o capital social. Há um capital social coletivo e um capital social individual. Cada um desses apresenta desafios. Agora, eu creio que esses desafios específicos da tipologia de ativos conseguem ser resolvidos nos casos particulares em que se está estudando. Por exemplo, no caso em que se está estudando o problema da educação, os pais são atraídos por algumas escolas pelo fato de que nessas escolas a qualidade de ensino é boa. Porém, é também importante levar em conta o potencial dessas escolas como “berço” de capital social, em perceber que tipo de pessoas frequenta essa escola e que possibilidade tem seus filhos de obterem benefícios pelo contato com seus companheiros. Leva-se em conta também o capital simbólico no sentido do que representa esse estabelecimento na comunidade, “meu filho está em tal colégio e não em outro”. Também é importante a questão da segurança. Enfim, cada investigação específica requer desagregar a noção de alguns ativos, atentando para que tipo de atributos particulares esse âmbito que estou estudando.

Agora, seguindo na mesma linha, uma das coisas que enfrentamos é: o que fazemos com os direitos? Por exemplo, se eu for falar de capital cidadão, como incluiríamos nessa categoria tudo o que se refere aos avanços da cidadania social? Se podemos falar de algo assim, também nos damos conta dos mesmos proble-

mas que tem em torno do capital social, porque o capital social não é algo possuído por alguém, mas algo que está instalado em redes, em que os agentes têm que ter a capacidade de mobilizar. Da mesma forma pode-se apontar o capital cidadão; não se pode falar em direito cidadão, pois o cumprimento desse direito depende de uma agência. Na realidade, quando diz que se tem direito, não se percebe que a aplicação do mesmo está sob o controle de outras instâncias. Enfim, esse tipo de desafios aparece constantemente nas nossas investigações. E, com isso, conseguimos ampliá-las... Tenho ministrado cursos de AVEO quase constantemente, mas procurando dar um tom diferente a cada um deles. É como pensar nesses diretores de arte que dirigem sempre a mesma obra. A pergunta é: qual o prazer de repetir sempre a mesma obra? O prazer está justamente nisso, em dar novos matizes, novas sombras, novos desafios, ver como eles se articulam...

MR- Quais são os desafios atuais para a superação da pobreza urbana na América Latina? E qual o papel das grandes cidades frente a esses desafios, considerando que as grandes cidades não são apenas palco desta realidade, mas também veículos da condição urbana?

RK – Minha impressão é a de que os grandes desafios têm a ver com avanços reais da cidadania social sobre bases universais. Creio que nas últimas décadas temos visto na América Latina um maior avanço nesta ideia de direitos. Porém, na prática são muitos os segmentos da população que não contam com os recursos e as condições para tornarem mais efetivos esses direitos. Então, é desafiador gerar tais condições. Há muitas políticas hoje em dia que pretendem salvar esses segmentos, sendo, talvez, as principais delas políticas de transferências condicionadas de recursos, como os subsídios. Há muitas ações desse tipo. O fato é que essas ações não geram capacidades autônomas para que os domicílios possam melhorar suas condições de vida.

Do ponto de vista do papel da cidade, vocês sabem que as cidades, junto ao seu crescimento, têm duas consequências contraditórias. De um lado, tanto o trabalho como o direito de viver em âmbito densificados facilita a aprendizagem da convivência das desigualdades. Não há possibilidade de aprendizagem da convivência das desigualdades quando a população está dispersa, como a população dispersa em áreas rurais. Quando se vive dentro de uma cidade, a promessa de cidade é sempre a possibilidade dessa aprendizagem da convivência das desigualdades.

Por outro lado, surge o efeito oposto, porque as cidades também favorecem o processo de mercantilização dos serviços. E com a mercantilização dos serviços aumenta a segmentação em distintos âmbitos da ação: no mercado de trabalho, de ensino e lugares de residência. Quais os problemas com isso? É que as segmentações geram muitas resistências para o avanço da cidadania social sobre bases universais. Na realidade, as segmentações produzem setores com mais privilégios do que outros, em cada campo, no campo do trabalho, no campo educativo e no campo residencial. E esses privilégios costumam ativar uma espécie de reprodução ampliada das desigualdades, porque as segmentações estão conectadas umas com as outras, ou seja, ir a uma determinada escola faz com que suas possibilidades no mercado de trabalho sejam umas, e as oportunidades ocupacionais também incidem nas possibilidades de residir em determinadas zonas. Isso se chama de reprodução ampliada de desigualdades. Desse ponto de vista, as cidades sempre se veem com um dilema – algumas têm que tomar decisões sobre a forma como elas serão organizadas: como favorecer a aprendizagem da convivência nas desigualdades, cujas implicações são muito importantes para o fortalecimento da democracia, para a emergência de coalizões entre classes médias e classes baixas, sociais e políticas? Como fortalecer isto tudo com o objetivo de mitigar e amortizar os impactos da mercantilização e da segmentação dos serviços, já que à medida que isso se ativa as possibilidades dos setores populares, dos pobres, passam a ficar muito limitadas. A possibilidade de mobilidade social se vê muito limitada.

MR - Na primeira década do século XXI, vários países latino-americanos, em maior ou menor grau, voltaram a experimentar políticas macroeconômicas desenvolvimentistas, em direção contrária à experiência neoliberal dos anos 1990. O senhor concorda com essa afirmação? E nesse contexto, como o senhor avalia a relação entre a condição urbana e a cidadania?

RK – Efetivamente, eu creio que esteja havendo em alguns países da região uma reação aos programas neoliberais. Creio que até o momento ocorreram algumas contribuições muito importantes para enfrentar as situações de riscos, como as que afetam a terceira ou quarta idade, os desempregados, os informais e a infância em domicílios vulneráveis. Fora isto, minha impressão é que muitas dessas medidas correm o ris-

co de estarem às voltas com uma dinâmica clientelista. Creio que também exista uma espécie de aproveitamento perverso desta articulação entre pobreza, programas sociais, subsídios e, especialmente, clientelismo político. Clientelismo político através de tino político, que explora o controle e a concessão deste tipo de subsídios com fins eleitorais. Creio que seja um grande perigo e, neste momento, temos evidências claras de que não é só um perigo virtual, mas algo que está acontecendo. Vemos, na realidade, dois perigos: por um lado, o não fortalecimento das capacidades autônomas dos domicílios para melhorar as suas condições de vida; por outro lado, a dependência dos sistemas clientelistas, que tem a ver muito com questões eleitorais. Isto está muito relacionado com a segunda parte da tua pergunta, referente à noção de cidadania, porque novamente a cidadania implica em direitos. E o cumprimento desses direitos se vê limitado quando há uma participação de tipo clientelista, com controle de tipo clientelista, na concessão e no cumprimento desses direitos.

MR - Para o senhor há uma mudança das matrizes socioculturais nos países da América Latina dos anos 1990 para hoje?

RK – Sim, me parece muito claro que há. Creio que por todos os lados exista uma espécie de revolução de expectativas, que tem a ver com o processo de urbanização. Recordemos que a América Latina, nos anos 1950, tinha menos de 50% da população urbana, em geral; hoje em dia deve estar em 75% ou 80%, com países que estão com mais de 90%. A urbanização consiste em dizer que as pessoas entram em contato de modo muito mais intenso umas com as outras e com seus meios. Estão mais informadas. A revolução educativa também é formidável. Assim como os meios de comunicação. E, finalmente, também há a incorporação ao discurso eleitoral quanto à legitimidade de direitos. Existe uma expectativa muito forte pela implementação desses direitos, e ela está permeada por várias informações.

Assim sendo, a legitimidade dos velhos regimes, em geral, hoje em dia está muito em baixa, inclusive em países como a Bolívia, isso é muito claro. A Bolívia é um país que sofreu uma revolução cultural. E apostou no caráter étnico como epicentro do seu imaginário coletivo junto a um presidente que dispõe de um apoio popular muito grande. Há os casos, também, de outros países andinos onde os regimes hierárquicos cujos superiores tinham pretensão justamente de “superioridade” considerada legítima, mas isso já não funciona assim. Eu acho que hoje em dia,

como você bem disse, nos últimos 20 ou 30 anos, tem havido mudanças formidáveis que explicam a resistência pelos setores subordinados a qualquer pretensão de superioridade dos de “cima”. Creio que seja essa a razão de que tudo isso esteja ocorrendo em contextos democráticos. Agora estamos vendo as dificuldades que a democracia tem para resolver esses problemas internos.

MR - Que recomendações ou sugestões o senhor daria para as novas gerações de investigadores poderem adquirir uma formação sólida num mundo onde se transformou de modo intenso a relação espaço-tempo, com novas tecnologias da informação e da comunicação. Ou seja, neste contexto de mudanças tão intensas, como formar investigadores com formação sólida?

RK – Esta é uma pergunta difícil. Creio que é muito importante transmitir aos estudantes a confiança em suas próprias intuições sociológicas e reduzir sempre que possível a dependência com o escrito, ou seja, forçar-se sempre a definir um problema que ele sinta internamente, direto do coração. Trata-se de um problema importante, infundir confiança nessas intuições e ajudar a desenredar essa questão. A segunda coisa é conhecer as grandes narrativas: o que diz Durkheim, o que diz Weber, o que diz Marx. Porém,

de maneira a orientar essas investigações com base nessas ideias da teoria de alcance médios. Ou seja, teorias que permitam diretamente derivar perguntas que possam ser investigadas com dados. Ou seja, “baixar um pouco à terra”, mantendo contato com as grandes narrativas, mas ao mesmo tempo mantendo-se nesse nível médio, nessa “nuvem” de teorias de alcance médio, onde existam possibilidades efetivas de falsificar o que eles pensam com base na informação que se está recolhendo. Quanto aos problemas específicos, creio que estes problemas da confrontação entre processos de segmentação progressiva das estruturas sociais urbanas, com comunicação entre elas, são mecanismos muito sutis (...). É como se, por exemplo, frequentar um determinado colégio secundário no Chile pudesse interferir na possibilidade de uma pessoa fazer parte da elite política ou da elite econômica. Isso é uma vinculação entre a segmentação do mercado de trabalho e segmentação do mercado educativo muito evidente. Então, eu creio que a confrontação desses processos de segmentação progressiva das estruturas urbanas com aumento irreversível das expectativas dos estratos populares urbanos, esse ponto de tensão, seja um foco de atenção principal para os jovens pesquisadores: o que acontece aí? Como se formam as expectativas? Como se traduzem as expectativas? Quais são as condições para a formação de coalizões políticas entre os setores populares e setores médio-baixos? Para quê? Para enfrentar as barreiras da mobilidade que apresentam essas segmentações progressivas. ■

La noción de vulnerabilidad y sus ambigüedades

Ruben Kaztman

LA POPULARIZACION DEL TÉRMINO “VULNERABILIDAD” FUE MUCHO MÁS ALLÁ DE LO QUE JUSTIFICABA EL NIVEL DE SU MADURACIÓN CONCEPTUAL.

En años recientes la noción de vulnerabilidad mostró una notable aptitud para impregnar el discurso mediático y político. Aludiendo a componentes importantes del malestar social, el término se popularizó en la comunicación cotidiana y en los discursos de autoridades públicas. Lo curioso es que su buena acogida y rápida difusión se produjo pese a que, a poco de escharbar en sus usos, se constataban altos niveles de ambigüedad.

Como se explica el éxito de una idea que emite señales claras de una baja maduración conceptual? Mi sospecha es que en este caso el éxito estuvo basado en el número de personas que encontró en la noción de vulnerabilidad la promesa de una vía para corregir debilidades en los marcos de referencia que orientan las políticas sociales. Esas debilidades se manifestaban, principalmente, en la escasez de herramientas semánticas que permitieran clasificar de manera eficaz situaciones de desventaja que afectaban a proporciones significativas de la población y cuyos rasgos no se ajustaban a las categorías clásicas de pobreza, exclusión o marginalidad. En ese escenario, el término fue recibido como un artilugio conceptual que podía contribuir al fortalecimiento de los programas públicos que buscaban mejorar las condiciones generales de vida.

Paradójicamente, la masificación del término facilitó el reconocimiento de sus ambigüedades. Ello ocurrió no sólo porque las diferencias en significados estorbaron las comunicaciones entre usuarios, sino también porque las imprecisiones trabaron tanto la identificación como el marcado de las fronteras de los grupos “vulnerables”. Por extensión, también complicaron la construcción de políticas hacia ellos.

Como cabía esperar, a medida que avanzaba el reconocimiento de la importancia del desafío semántico que planteaba la corrección del desajuste entre la amplitud del uso mediático y la creciente visibilidad de las imprecisiones del término, aumentó la intensidad del debate sobre el tema en las ciencias sociales.

Uno de los acuerdos básicos en ese debate fue la aceptación general de la necesidad de frenar la tendencia -que afectaba tanto a académicos, a políticos, como a comunicadores- a la aplicación ligera de la noción de vulnerabilidad a una alta variedad de problemas. Se consideró que la multiplicación de usos caprichosos y erráticos del término contribuía a la acumulación de confusiones, alimentando de ese modo un circuito vicioso cuyos resultados amenazaban con devaluar el prometedor potencial heurístico de la idea que muchos intuían.

Por supuesto, para las ciencias sociales este tipo de desafíos semánticos no es ninguna novedad. Solo a modo de ilustración, recordemos la rica discusión que se generó en la década de los 90 en torno a las virtudes relativas de las nociones de pobreza y necesidades básicas insatisfechas así como sobre la naturaleza de sus conexiones. Frente a aquel desafío la sociología latinoamericana hizo un buen trabajo: pulió el contenido de cada una de estas nociones, definió sus fronteras y afinó los esquemas conceptuales que interpretaban sus relaciones. En la discusión actual de la noción de “vulnerabilidad” también se reconoce la impostergable necesidad de un trabajo artesanal de pulido de significados.

Estas tareas de elucidación conceptual, en las que ideas difusas se van transformando en fenómenos a los que resulta posible atribuir causas únicas y consecuencias únicas, son por cierto parte esencial de nuestra disciplina. El reemplazo de nociones por conceptos, por embriones de teoría constituye una parte importante del trabajo sociológico. De hecho, gran parte de la dinámica de lo que Bourdieu llama el “mercado lingüístico” está motorizada por una brega entre académicos que pretenden influir en la dirección que asumirá el proceso de transformación de nociones en conceptos.

DISTINTAS CONCEPCIONES DE LA VULNERABILIDAD

En la primera semana de marzo de 2016 tuve oportunidad de participar en un taller de trabajo sobre pobreza y vulnerabilidad promovido por el CIESAS de México. Los participantes convergían en la urgencia por ordenar el tablero conceptual en este campo y por configurar teóricamente el término “vulnerabilidad” para acercarlo a un concepto con sentido unívoco. Los miembros del Taller coincidieron que cualquier intento de transformar la noción de vulnerabilidad en un concepto de vulnerabilidad requería como primer paso desplegar los significados incluidos en los usos más frecuentes del término. Asimismo,

subrayaron la necesidad de identificar con claridad, en cada caso, las unidades a las que se atribuye mayor o menor vulnerabilidad, sean éstas hogares, personas, o agregados poblacionales mayores, como ciudades, regiones o incluso sistemas sociales completos.

En lo que sigue propondré mi propia versión de cómo avanzar en la construcción de ese tablero conceptual. Para ello haré uso de algunos de los trabajos que allí se presentaron¹ así como de los que surgieron de una rápida revisión de la literatura sobre el tema. Sobre esa base propongo clasificar los estudios de acuerdo al énfasis que colocan en uno u otra de las combinaciones diádicas que se pueden armar con los tres bloques de fenómenos siguientes:

- 1. La configuración de recursos de hogares y personas** (u otras unidades) tomando en cuenta activos y pasivos, y las estrategias que utilizan para la movilización de los activos y para el control de los pasivos.
- 2. Las grandes fuentes de riesgo a nivel macro y a nivel micro.** Entre las primeras son frecuentes las crisis económicas, epidemias, inundaciones, terremotos, la irrupción del narcotráfico y/o la elevación acelerada de la inseguridad pública en comunidades, etc. Las fuentes de riesgo a nivel micro se corporizan en distintas etapas del ciclo de vida de los hogares y pueden surgir en torno a una combinación de situaciones diversas. Entre éstas son frecuentes los episodios de materni-

¹ Me voy a basar principalmente en los trabajos de Mercedes Gonzalez de la Rocha sobre Vulnerabilidad y Familia y de Gonzalo Saraví sobre Pobreza, Vulnerabilidad y Juventud. De la Rocha toma como punto de partida del desarrollo de la noción de vulnerabilidad los estudios del cambio climático y del medio ambiente de los años 70. Hace una detallada revisión de la bibliografía sobre estrategias de adaptación y sobrevivencia, rescatando buena parte de las posiciones en ese debate. Señala diferencias básicas entre las ideas de pobreza y vulnerabilidad, revisa perspectivas de distintas disciplinas sobre esta última noción y termina desplegando sus propias ideas acerca del papel que juegan los procesos de acumulación de desventajas en la explicación de diferencias de vulnerabilidad ante un mismo evento. Saraví realiza una tarea similar en el área más acotada de la juventud. Entre otros aportes, destaco los que hace con respecto a la clasificación de riesgos así como a las transformaciones en la subjetividad de los jóvenes que se asocian al debilitamiento de los marcos normativos y valóricos tradicionales.



dad temprana en mujeres jóvenes sin pareja estable, quebrantos importantes de salud de alguno de los miembros del hogar, situaciones de desempleo prolongado del principal proveedor de ingresos, disolución de arreglos familiares previos por separaciones y divorcios, alejamientos prolongados del jefe de hogar asociados a migraciones internacionales, encarcelamientos, etc.

- 3. Por último encontramos referencias a distintas dimensiones de los contextos sociales,** en particular, las modalidades que asumen en cada momento y en cada lugar las estructuras de oportunidades que funcionan como fuentes de acumulación de activos para el mejoramiento de las condiciones de vida y cuyo aprovechamiento adecuado permite reducir las posibilidades de un destino de pobreza, marginalidad o exclusión social.

Aun cuando mi revisión cubre una muestra poco representativa de los innúmeros estudios en este campo, tengo la impresión que los tres ingredientes de esta ecuación están presentes en la gran mayoría de los trabajos sobre vulnerabilidad, y que resulta útil diferenciarlos entre sí tomando en cuenta el énfasis relativo que colocan en una u otra de las combinaciones diádicas que se presentan en el diagrama 1. El diagrama también sintetiza las principales caracterís-

ticas de los estudios bajo cada una de las tres combinaciones diádicas posibles.

Veamos con mayor detalle cada una de las tres combinaciones.

(1.3) CONFIGURACIÓN DE RECURSOS DE HOGARES E INDIVIDUOS Y EXPOSICIÓN A RIESGOS MICRO

En la búsqueda de una mejor comprensión de la génesis de la vulnerabilidad se han desarrollado una multiplicidad de estudios que, sin ignorar la incidencia de distintos aspectos de los contextos societales sobre los fenómenos que investigan, se inclinan por la construcción de crónicas pormenorizadas de los comportamientos de familias e individuos ante las emergencias que les plantean situaciones micro de riesgo crítico.

Sin duda, los riesgos críticos a los que pueden estar expuestos las familias y los individuos son numerosos. Puede ser la pérdida relativa o absoluta del soporte de uno de los progenitores (por salud, migración, desempleo, separaciones, etc), la inserción muy temprana en el mercado de trabajo, la deserción del sistema educativo, la maternidad adolescente sin pareja estable, la caída en la drogadicción, etc.

El reconocimiento que en la secuencia de episodios que conduce a la crisis cada uno de esos riesgos puede actuar “como la gota que rebalsa el vaso”, obliga a que el investigador examine, en cada historia de vida, los tipos específicos de combinaciones de eventos que generan las condiciones para que una situación funcione como catalizador de lo que, en última instancia, resulta ser un proceso de acumulación de desventajas.

A mi juicio, uno de los grandes atractivos de este tipo de “approach” es su capacidad para iluminar algunas de las zonas más oscuras del panorama social general. Me refiero a aquellas que en las descripciones de los sistemas nacionales de bienestar suelen presentarse como “agujeros negros”. En cuanto a su aporte específico al diseño de políticas sociales, los resultados de estas indagaciones ayudan a identificar puntos cruciales de intervención, esto es, aquellas coyunturas en las trayectorias familiares e individuales en las que acciones focalizadas podrían mostrar una eficacia relativamente alta para evitar o amortiguar las posibilidades de marginalidad o exclusión social.

(2-3) CONFIGURACIÓN DE RECURSOS DE HOGARES E INDIVIDUOS Y EXPOSICIÓN A RIESGOS MACRO

Otra categoría de trabajos que utilizan el término “vulnerabilidad” - como los de Caroline Moser sobre estrategias de sobrevivencia frente a la pobreza, el

estudio de Kessler y Minujin sobre los efectos de la crisis de los ochenta sobre las clases medias urbanas en la Argentina, o las investigaciones sobre los efectos de transformaciones ambientales que cita Mercedes de la Rocha (M. González de la Rocha, 2016), o las reflexiones de Germani (1979) sobre las crisis sociales enraizadas en el desarrollo de los núcleos normativos y valorativos de la modernidad- están enfocados en la diáda recursos y estrategias familiares ante coyunturas críticas de impacto a nivel macro.

El formato lógico de los estudios es similar a los mencionados en el caso de los riesgos micro, pero con un énfasis adicional en las características específicas del desastre natural, epidémico o en las grandes transformaciones socio-económicas o culturales. Algunos trabajos también incluyen referencias explícitas a los impactos diferenciales de estos eventos en distintos puntos de la pirámide social, así como a la vinculación de esas diferencias con las modalidades dominantes de producción y distribución de activos a través de las estructuras de oportunidades.

(3.4) CONFIGURACION DE RECURSOS DE LOS HOGARES E INDIVIDUOS Y CARACTERÍSTICAS DE LAS ESTRUCTURAS DE OPORTUNIDADES

Una tercera categoría de trabajos, de la cual forman parte algunos de los que realizamos con Carlos y Fernando Filgueira, se concentra en la diáda recursos de los hogares estructura de oportunidades de acceso al bienestar. A diferencia de las dos categorías anteriores, hay en estos trabajos una mirada más amplia y más profunda a las esferas de las sociedades donde se producen y distribuyen activos, lo que llamamos estructuras de oportunidades.

Esto es, además de investigar las diferencias en las configuraciones de recursos de los hogares y en las estrategias utilizadas para movilizar esos recursos, hay en estos casos un fuerte acento en i. la caracterización de los cambios en las estructuras de oportunidades; ii. en los requerimientos de acceso a las mismas; iii. en la naturaleza de los procesos de segmentación y segregación de las principales estructuras de oportunidades de cada sociedad; y iv. en la exploración de los mecanismos a través de los cuales el funcionamiento de una estructura de oportunidad afecta el funcionamiento de otras esferas de la acción social.

Mi compromiso como investigador con el desarrollo de esta última categoría de trabajos se apoya en la convicción que dicho enfoque ilumina, más que los otros dos comentados, la naturaleza de los problemas que enfrenta tanto el avance de la ciudadanía social sobre bases universales como las iniciativas públicas para la promoción de derechos sociales y la desmercantilización de servicios básicos.

Un rasgo central de nuestra manera de mirar la vulnerabilidad es que no nos preguntamos sólo como ayudar a los pobres a enfrentar situaciones críticas. La consideración exhaustiva de la dinámica de creación y funcionamiento de las estructuras de oportunidades también nos permite abordar la pregunta acerca de cómo construir sociedades en donde tales situaciones sean raras y afecten a un número lo más pequeño posible de personas. La respuesta a este interrogante no puede ciertamente detenerse en la mera identificación de los activos y sus usos, sino que debe abordar las lógicas de su producción y su distribución. En otras palabras, se hace necesario indagar en la estructura de oportunidades que presentan el mercado, el estado y la comunidad ante las familias y los individuos.

DISCUSION

Vuelvo ahora al tema central de estas reflexiones, esto es, las implicaciones académicas y políticas de elegir distintos senderos para transformar la noción de vulnerabilidad en un concepto de vulnerabilidad.

En primer lugar, reitero que ninguno de los tres ángulos del triángulo temático recién expuesto está ausente en las investigaciones que se llevan a cabo en cualquiera de las categorías mencionadas. Pero los énfasis son marcadamente distintos, lo que hace que también sean distintas tanto las partes del escenario social que son iluminadas como el tipo de antecedentes que proveen sus resultados para las intervenciones sociales.

Así, los trabajos que relacionan las configuraciones de recursos de los hogares y los individuos con riesgos micro y macro iluminan principalmente los procesos de acumulación de desventajas, procesos medulares en los estudios de Gonzalo Saraví (Saraví, 2016) y M. G. de la Rocha (De la Rocha 2016). Hoy día disponemos de una multiplicidad de trabajos que rastrean, desde esa óptica, las secuencias específicas de experiencias vitales que conducen al embarazo adolescente, al abandono temprano de los estudios, a la entrada en la delincuencia o en la drogaadicción, etc. La revelación que surge del examen de las consecuencias de algunos episodios biográficos ilumina puntos cruciales de intervención en el ciclo de vida de los hogares y de las personas, proporcionando antecedentes útiles para acciones específicamente diseñadas para sortear esas experiencias o para neutralizar su impacto como catalizadoras en los procesos de acumulación de desventajas. El potencial heurístico de sus hallazgos se refleja en sus aportes al pulido de la teoría existente.

Distintos son los puntos de la realidad social preferentemente iluminados por los estudios que focali-

zan en la relación entre la configuración de recursos (o activos) de los hogares o individuos y los requerimientos para el aprovechamiento de las estructuras de oportunidades de acceso al bienestar.

En estos casos, la mirada se inclina hacia la dinámica de las fuentes de producción y distribución de activos, hacia los mecanismos que favorecen las transferencias de segmentaciones de las oportunidades de un ámbito de la acción social a otros, y cuyo funcionamiento involucra al Estado, al mercado, y a las organizaciones de la comunidad.

Los resultados de estos estudios son útiles para fortalecer distintas áreas de políticas: las de protección social (asegurar niveles básicos de bienestar para todos); las sectoriales que buscan fortalecer el desarrollo humano; y las de promoción que procuran reforzar las capacidades de generación autónoma de bienestar.

Como reflexión final quiero subrayar la conveniencia de no perder de vista las relaciones entre todos los bloques de elementos presentados en el diagrama anterior. A mi juicio, la riqueza con que se despliega el potencial heurístico de la noción de vulnerabilidad va a depender en gran medida del nivel de abstracción donde se ubique la mirada que la noción propone. Ese nivel debería ser tal que permita abarcar simultáneamente los procesos en los hogares y en las estructuras sociales.

Por último, la pobreza y la exclusión aluden a situaciones presentes y por ende invocan el desarrollo de políticas que se despliegan a la retaguardia de la realidad. La idea de vulnerabilidad permite en cambio la consideración de desenlaces posibles, lo que estimula el diseño de acciones de prevención.

BIBLIOGRAFÍA

- Mercedes Gonzalez de la Rocha (2016) “Cúmulos de desventajas y vulnerabilidad”, documento presentado en Reunión de Propuesta para Volumen Temático sobre Pobreza y Vulnerabilidad. Colección México de CIESAS, Febrero del 2016.
- Gonzalo Saraví (2016) “Jóvenes y Vulnerabilidad: La Experiencia de la Transición a la Adulterez en la Sociedad Contemporánea” documento presentado en Reunión de Propuesta para Volumen Temático sobre Pobreza y Vulnerabilidad. Colección México de CIESAS, Febrero del 2016.
- Gino Germani (1979) “Democracia y autoritarismo en la sociedad moderna” en *Ideología y Utopía*, Nº1. Buenos Aires, Argentina
- Kessler, G. y Minujin, A. (1995) “La nueva pobreza en la Argentina” Editorial Planeta, Buenos Aires, Argentina. ■